



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 3/11

14 de Março de 2011



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.



Situação Inaceitável! Até Onde Irão os Nossos Sacrifícios?



Poucas horas ou dias decorridos sobre a audiência que a Direcção da ANS teve com o Ministro da Defesa Nacional, a quem apresentámos os novos Órgãos Sociais da ANS e, aproveitando a ocasião relembrámos algumas matérias já ali apresentadas, colocámos igualmente em cima da mesa as nossas mais recentes preocupações, com particular incidência para a grave possibilidade de incapacidade de cumprimento com as obrigações retributivas e sociais por parte dos Ramos, face às medidas de gestão orçamental extremamente redutoras que foram impostas aos Ramos, preocupação essa desvalorizada pelo MDN, somos agora confrontados com a notícia de mais cortes de direitos remuneratórios e sociais, por um período muito mais alargado. Ainda mal refeitos da despromoção que o último corte significou para muitos de nós, e que na prática constituiu um "regresso" a valores remuneratórios de 2008/2009, vem agora o Governo anunciar que este roubo a quem trabalha e a quem já deu toda uma vida a trabalhar, vai agravar-se até 2012 e 2013.

Dos resultados dos "congelamentos" e dos "cortes" de anos anteriores ninguém, dos sucessivos governos que os impuseram, nos explica no que resultaram nem onde estão aplicados. Nenhum dos responsáveis políticos nos diz quantos milhões dos nossos Euros foram "poupados" e no que beneficiou o nosso País com essa poupança forçada. No nosso dia-a-dia e na qualidade de vida das nossas famílias, não vemos qualquer reflexo de todos os esforços que nos foram sendo impostos. Pelo contrário, deparamo-nos com uma realidade em que cada dia que passa está tudo mais caro, cada dia que passa está mais gente sem trabalho, o País menos desenvolvido e os promotores de créditos e financiamentos, qual abutres sobre a carniça moribunda, cada vez mais satisfeitos.

A pergunta que se impõe é a seguinte: então para onde foi e vai todo esse dinheiro?

Saltam no entanto à vista os aumentos chorudos para alguns profissionais com funções no Estado, para alguns representantes da própria classe política, o despesismo com centenas de Institutos Públicos, frotas de automóveis de luxo, assessores de assessores, etc. Saltam à vista os milhões de Euros injectados na Banca privada, precisamente aquela que precipitou ou serve de desculpa à tão propalada "crise". Salta à vista que é através do que é retirado a uma grande parte dos militares e aos demais agentes e servidores do Estado que se financia esta espiral despesista, havendo ainda a acrescentar o que é tirado por via da subida de preços, aumento de impostos, etc. atingindo desta forma os demais trabalhadores por conta de outrem.

O nível de contestação social tem subido e transbordado em vários países. No último Sábado em diversas cidades portuguesas, com particular destaque para o Porto e mais ainda para Lisboa, muitos milhares de pessoas foram para a rua expressar a sua indignação e insatisfação, havendo mais iniciativas de protesto já agendadas para os próximos dias, por parte de diversos sectores profissionais.

Pelas responsabilidades de que estamos investidos pelo Povo Português, cabe-nos também uma palavra neste processo. Uma palavra de crítica, de protesto, de apontar soluções alternativas. É nesse sentido que nos propomos realizar uma **Tribuna Pública** de

denúncia, discussão e protesto, nas proximidades da Assembleia da República, **no Jardim de São Bento, na próxima Quinta-feira, dia 17 de Março, a partir das 18h30m.**

Não podemos aceitar de braços cruzados que sejam as nossas famílias a hipotecar o futuro para que, por exemplo, gestores de determinadas empresas públicas portuguesas afixem rendimentos muito superiores aos dos seus congéneres de outros países em que a qualidade de vida dos seus cidadãos está em patamares muito mais elevados. Não podemos aceitar de braços cruzados anos de cortes de vencimentos e pensões que afinal não parecem ter sido para benefício de Portugal, mas sim para benefício de uma elite e dos seus interesses extra-nacionais.

A subserviência do governo português a outros países e a determinados organismos estrangeiros, desrespeitando obrigações institucionais e políticas com autoridades nacionais e com o próprio Povo Português é inaceitável!

A situação política e social vivida em Portugal em 1890 e 1891 face às exigências da coroa britânica, às miseráveis condições sociais da maioria do povo português, à incapacidade dos governos de então de proporcionarem alguma estabilidade política e financeira, à insatisfação generalizada nas categorias mais baixas das Forças Armadas por força da aplicação de medidas de grande injustiça relativa, beneficiando uma elite de oficiais em detrimento dos Sargentos e das Praças, caldeado com a desorganização que grassava no Partido Republicano Português e nas cúpulas da Maçonaria, não pode deixar de nos permitir estabelecer um paralelo com as diversas situações que estamos a viver hoje em dia.

Talvez por esse paralelo ser tão evidente, incomode tanto aqueles que há mais de trinta anos são os maiores responsáveis pelo “estado a que isto chegou” (parafraseando Salgueiro Maia naquela madrugada de Abril), e face à luta desenvolvida pelos Sargentos de Portugal apoiados na sua associação representativa, a ANS, se consiga explicar a inqualificável decisão dos maiores partidos do “arco do poleiro” (como lhes chamou Óscar de Mascarenhas) quanto ao reconhecimento do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento”. Passamos a explicar porque razão apresentamos este raciocínio lógico! No ano do 120.º aniversário desta data de tão grande significado para os Portugueses, para os Republicanos mas muito particularmente para os Sargentos de Portugal, foi apresentado na Assembleia da República o “*Projecto de Resolução N.º 58/X/1ª (PCP)*” visando consagrar o dia 31 de Janeiro como o Dia Nacional do Sargento. Da discussão e votação que teve lugar na passada quarta-feira, dia 9 de Março, votaram favoravelmente as bancadas do PCP, do PEV, do BE e do CDS-PP. O projecto foi inviabilizado com os votos contra das bancadas do PS e do PSD!

Fiéis aos ideais dos Heróis do 31 de Janeiro de 1891 devemos continuar a pugnar para que o seu sacrifício não tenha sido em vão e para que o espírito com que abraçaram as causas que levaram à morte de uns, prisão, degredo e exílio para tantos mais, possa prevalecer e ajudar a fortalecer as decisões que todos teremos de tomar em resposta às responsabilidades e na defesa dos valores com que estamos comprometidos perante o Povo Português e a Bandeira Nacional.

Com dignidade, construimos o futuro!

A Direcção

Lisboa, 14 de Março de 2011